

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS-CESP  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**THALIA COSTA SILVA**

**DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DA BNCC: O QUE PENSAM  
OS PROFESSORES?**

PARINTINS-AM  
2023

THALIA COSTA SILVA

**DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DA BNCC: O QUE PENSAM  
OS PROFESSORES?**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em  
Pedagogia, pela Universidade do Estado do  
Amazonas apresentado como exigência para  
obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ângela Maria Rodrigues de  
Figueiredo

PARINTINS-AM  
2023  
THALIA COSTA SILVA

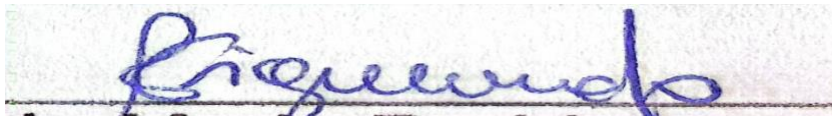
**DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DA BNCC: O QUE PENSAM OS PROFESSORES?**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Amazonas apresentado como exigência para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ângela Maria Rodrigues de Figueiredo

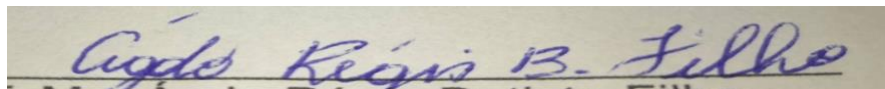
Aprovado em 28/08/2023

BANCA EXAMINADORA




Profa. Dra. Ângela Maria Rodrigues de Figueiredo (presidente)

Universidade do Estado do Amazonas



Prof. Dr. Âgdo Régis Batista Filho (membro)

Universidade do Estado do Amazonas



Prof. Dra. Georgina Terezinha de Vasconcelos (membro)

Universidade do Estado do Amazonas



Dedico este trabalho especialmente a Deus a quem devo toda minha gratidão pela capacitação, sabedoria e força para o desenvolvimento desta monografia.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus em primeiro lugar pela oportunidade de chegar ao final do curso e concluir esta etapa importante em minha vida.

À minha orientadora Ângela Maria Rodrigues de Figueiredo pela dedicação, paciência e tempo dedicado as orientações pelas quais ganhou minha admiração e respeito pelo seu profissionalismo e parceria.

Aos meus pais Antônio Mário e Graciene Batista pelo orgulho em ter a primeira filha graduada e pelo apoio que muito me ajudou durante o percurso.

Aos meus colegas que ajudaram com minha bebê para que eu estudasse durante as aulas e especialmente à Núbia Guimarães pela parceria, os conselhos e os ralhos que me levantaram nas muitas quedas durante o processo árduo, muito obrigada Núbia.

Ao colega Genildo Pereira por me conceder ajuda quando necessitei.

Aos professores do curso que compartilharam conhecimentos, experiências e ensinamentos que muito contribuíram para meu aprendizado.



Por trás da mão que pega o lápis, os olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa.

(Emília Ferreiro, 1985)

## RESUMO

Esta pesquisa intitulada “Desafios da alfabetização no contexto da BNCC: o que pensam os professores?”, Emergiu do desejo em estudar como os professores vêm trabalhando a alfabetização a partir da implementação da BNCC. Para isso foi necessário buscar conhecer e averiguar como está sendo abordado o processo de alfabetização segundo o que rege este novo documento, considerando que ele está a nortear os currículos das escolas. Mediante esse levantamento, buscamos conhecer os desafios que se impõe na prática docente e como os professores (as) se compreendem nesse processo. O desdobrar da pesquisa seguiu os seguintes objetivos específicos: 1) ) Conhecer a BNCC no que diz respeito à alfabetização, elencando as principais mudanças sobre a leitura e a escrita no Ensino Fundamental; 2) Identificar os conhecimentos que o professor agrega sobre a alfabetização no contexto da BNCC; 3) Verificar como os professores articulam os conhecimentos da BNCC em sua prática no cotidiano. A Natureza de estudo desta pesquisa é do tipo qualitativa e o método de procedimento aplicado foi o estudo de caso. Os instrumentos utilizados foram a observação participante, pesquisa documental, questionário, diário de campo e conversa informal. O local em que se realizou a pesquisa foi em uma escola da rede municipal de Parintins. Participaram enquanto sujeitos da pesquisa duas professoras que atuam com crianças do 2º e 3º ano. Concretizamos este estudo compreendendo como está acontecendo a alfabetização de crianças segundo o que rege a BNCC e conhecendo os desafios enfrentados pelos professores neste processo onde se encontram em fase de adaptação às orientações e sentem dificuldades por ainda não compreenderem de forma aprofundada o documento o que se dá pela falta de formações que os orientem.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular; Alfabetização; Prática docente.

## **ABSTRACT**

This research entitled "Challenges of literacy in the context of the BNCC: what do teachers think?", emerged from the desire to study how teachers have been working literacy from the implementation of the BNCC. For this, it was necessary to seek to know and find out how the literacy process is being approached according to what governs this new document, considering that it is guiding the curricula of schools. Through this survey, we seek to understand the challenges that are imposed in teaching practice and how teachers understand themselves in this process. The unfolding of the research followed the following specific objectives: 1)) Knowing the BNCC with regard to literacy, listing the main changes regarding reading and writing in Elementary School; 2) To identify the knowledge that the teacher adds about literacy in the context of the BNCC, 3) To verify how the teachers articulate the knowledge of the BNCC in their daily practice. The Nature of study of this research is of the qualitative type and the method of procedure applied was the case study. The instruments used were participant observation, documentary research, questionnaire, field diary and informal conversation. The place where the research was carried out was in a school of the municipal network of Parintins. Two teachers who work with children in the 2nd and 3rd grade participated as research subjects. We carried out this study by understanding how children's literacy is happening according to what governs the BNCC and by knowing the challenges faced by teachers in this process where they are in the process of adapting to the guidelines and feel difficulties for not yet understanding the document in depth. it is due to the lack of training to guide them.

Keywords: Common National Curriculum Base, Literacy, Teaching practice

**LISTAS DE FIGURAS**

Figura 1: Métodos analíticos e sintéticos.....18

## **LISTAS DE QUADROS**

Quadro 1: Percurso de criação da BNCC.....	21
Quadro 2: Exemplo da organização das práticas de linguagens.....	25
Quadro 3: Representação das competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental	38

## **LISTAS DE SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SEA	Sistema de Escrita Alfabética
CNE	Conselho Nacional de Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
CONSED	Conselho Nacional Secretários de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2-CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1 Do Bê-a bá ao letramento: um longo caminho percorrido na história da alfabetização.....	16
2.2 A alfabetização no contexto da Base Nacional Comum Curricular .....	21
<b>3-CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>26</b>
<b>4-CAPÍTULO III: ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>30</b>
<b>5-CONDIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICE A: questionário aplicado aos professores.....</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICE B: Roteiro de observação da prática.....</b>	<b>50</b>



## 1 - INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização de crianças é tema complexo e que não se esgota na adoção de um método, afinal é uma prática social e como tal requer aprofundamento teórico-prático. Atualmente a Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2018, aborda a questão da alfabetização como um processo que requer conhecimentos específicos por parte do professor e uma postura criativa da criança como condição para desenvolver aspectos técnicos e pragmáticos da língua.

Desde a aprovação da BNCC tem-se colocado ao professor, o desafio diante da necessidade de compreender que alfabetizar não é apenas decifrar códigos, mas um processo de apropriação que se dá em consonância com a prática social. No contexto da BNCC, esse processo precisa se consolidar até o 2º ano do Ensino Fundamental. Desse ponto de partida, nos propusemos a questionar: **Que conhecimentos sobre a BNCC os professores têm e como estão incorporando as mudanças instituídas em suas práticas?**

Muito se fala sobre o quão é importante a alfabetização para a vida em sociedade. Esse tema sempre me instigou a pensar sobre as questões que envolvem a prática alfabetizadora, especialmente após a aprovação e implementação da Base Nacional Comum Curricular ou BNCC, à qual se apresenta como uma normativa que estabelece uma visão ampla de alfabetização e requer habilidades e conhecimentos por parte do professor.

No intuito de adquirir os conhecimentos e experiências necessários para a realização desta prática, enquanto futura professora e pedagoga, meu interesse é conhecer como a alfabetização está sendo desenvolvida em uma turma de 2º e 3º ano do Ensino Fundamental tendo como referência o que prevê a BNCC, tanto em relação ao tempo de aprender quanto os aspectos que envolvem os conhecimentos teórico-práticos das docentes.

O interesse por esta temática emergiu do desejo em adquirir conhecimentos significativos referentes ao processo da alfabetização que é de extrema importância para que possamos evoluir enquanto profissionais de educação e com a implementação da Base foi imprescindível averiguar como os professores estão trabalhando levando em consideração este novo documento.

Em vista disso, esta pesquisa se fez importante no meio educacional, onde as mudanças legais são frequentes e, neste caso devido a relevância do documento que rege os currículos das escolas, em se tratando da alfabetização envolvendo este novo documento que é a Base Nacional Comum Curricular há que se conhecer como o professor (a) compreende essas mudanças e como isso se reflete em sua prática ou não.

Para isso tivemos como **objetivo geral analisar como os professores do 2º e 3º ano de uma escola de Ensino Fundamental no município de Parintins, compreendem aspectos específicos da alfabetização a partir do que estabelece a BNCC**. Para isso buscamos: a) Conhecer a BNCC no que diz respeito à alfabetização, elencando as principais mudanças sobre a leitura e a escrita no Ensino Fundamental; b) Identificar os conhecimentos que o professor agrega sobre a alfabetização no contexto da BNCC; c) Verificar como os professores articulam os conhecimentos da BNCC em sua prática no cotidiano.

Não foi nosso ponto de estudo, o nível de desenvolvimento da aprendizagem em alfabetização das crianças ao longo dessa pesquisa, porém o fato de estarmos em sala e interagir com elas, nos fez refletir sobre esse tema em momentos diferentes deste trabalho.

Foi de suma importância para o desdobramento desta pesquisa conhecer quais os conhecimentos o professor tem a respeito da alfabetização no contexto da BNCC, conhecer também como se dá o planejamento do docente, e até que ponto este toma como referência o que estabelece a Base, assim como conhecer como esses conhecimentos têm se refletido na prática docente.

Para o desenvolvimento desta pesquisa nos embasamos nas contribuições de grandes pesquisadores que se dedicaram em buscar conhecer detalhadamente os processos percorridos pela alfabetização, que é o caso de Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (2005 e 2008), Morais (2012) e Carvalho (2008) e principalmente o próprio documento que é a BNCC no trecho em que trata principalmente da área da Língua Portuguesa.

A natureza de estudo desta pesquisa é a qualitativa e o método de procedimento, o estudo de caso. Como técnicas de coleta de dados utilizamos o questionário, diário de campo, observação participante e conversa informal.

No primeiro capítulo desta pesquisa tratamos do referencial teórico onde nos embasamos nos conhecimentos de autores como Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (2005 e 2008), Morais (2012) e Carvalho (2008), para tratar do tema alfabetização e onde fazemos uma breve passagem histórica a respeito da alfabetização e dos métodos que a permeiam, assim como também falamos da Base, seu percurso histórico de implementação e sobre a alfabetização em seu contexto.

No segundo capítulo fala sobre o percurso metodológico onde especificamos nossa escolha pelas técnicas de pesquisa adotadas e o método de desenvolvimento da pesquisa, assim como, abordamos cada etapa das ações que foram desenvolvidas durante a pesquisa.

O terceiro capítulo fala sobre a análise de dados onde tratamos da coleta dos dados, da análise e dos resultados obtidos a cada pergunta do questionário aplicado que se encontram nos escritos da análise.

O estudo e análise deste tema teve como intuito de conhecer e fazer conhecido o modo como este processo está sendo realizado em uma escola municipal na cidade de Parintins, enfatizando o olhar do professor (a) em relação a este processo, assim como, os métodos utilizados pelo professor (a) e as dificuldades enfrentadas tanto pela criança quanto pelo educador em relação ao cumprimento do que estabelece a BNCC.

Ao abordar este tema, temos consciência de sua importância, mas de seus limites também, afinal ainda é um tema recente que se encontra em processo de implementação no município. Porém, é necessário problematizar as políticas instituídas considerando que a alfabetização reflete em todos os âmbitos da sociedade, e contribuir para o entendimento acerca de como acontece o processo de alfabetizar na escola obedecendo os critérios estabelecidos pela Base.

Conforme os objetivos especificados acima, esta pesquisa obteve para o primeiro objetivo específico os seguintes resultados: a) os estudos sobre o documento da BNCC, mostram que as mudanças mais significativas foram a ênfase em uma abordagem metodológica que assume a consciência fonológica como caminho mais promissor, assumindo um discurso baseado em “evidências científicas”, não muito clara. Outra mudança é redução do tempo de aprendizagem em alfabetização que nas Diretrizes Curriculares Nacionais e o Plano Nacional da Educação, estabelecem que a alfabetização deve acontecer até o final do 3º ano.

Para o segundo objetivo específico que foi conhecer o que os professores sabem a respeito da BNCC, os resultados mostram que os docentes têm um vago conhecimento a respeito do documento, pois a formação não foi consistente, mas foi apenas no início e superficial, além disso não houve continuidade por meio de formação continuada.

Quanto ao terceiro objetivo específico, averiguar como se dá o planejamento do docente e ver se ele toma como referência o que estabelece a BNCC, obtivemos o resultado de que os professores tomam como referência as habilidades e competências previstas na Base, porém sem uma reflexão necessária para a prática, visto que são aprendizagens essenciais.

Assim sendo, tendo concluído esta investigação, trazemos uma reflexão acerca do documento citado (BNCC), a fim de compreender os aspectos que embasam (ou devem embasar) a prática educativa do professor. Além de estudar o que o documento aborda e como orienta a prática do professor alfabetizador e além disto investigamos como o professor das crianças sistematiza o ensino

por meio do plano de aula visando à aprendizagem dos alunos. Esse cruzamento de informações contribuiu para uma reflexão sobre a formação continuada do professor e sobre o apoio pedagógico que ele dispõe para evidenciar em sua prática a alfabetização tal como se espera dele.

## **2 - CAPÍTULO I\_REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Do Bê-a bá ao letramento: um longo caminho percorrido na história da alfabetização**

Não é novidade que ainda em tempos da tão propagada “Era da tecnologia” e do mundo globalizado, os métodos tradicionais de alfabetização ainda levantem discussões acaloradas entre estudiosos da área. Segundo Morais (2012), no interior das escolas, há uma espécie de pacto de silêncio o que torna, de um jeito ou de outro o termo “método”, uma palavra quase proibida. Embora essa tentativa de abrandamento, os métodos tradicionais estão vivos e se fazem presente no cenário atual pelas mãos de professores experientes e iniciantes.

Há um longo caminho percorrido até aqui, muitas mudanças, avanços e tantos outros recuos, o que nos faz refletir sobre o que tem embasado as práticas dos docentes que alfabetizam crianças ontem e hoje. Essa discussão se faz atual e necessária, pois os métodos tradicionais de alfabetização continuam em uso, mesmo que sob diferentes formas e abordagens, sob diferentes argumentos eles são defendidos como caminho quase que único que remonta a própria experiência do docente enquanto aluno que foi um dia.

Houve um tempo em que os debates sobre os métodos de alfabetização eram mais acalorados, atualmente os debates aparecem polarizados e há um silêncio em relação às nomenclaturas (silabação, fônico), embora estejam em evidência nos contextos de sala de aula com muita vivacidade. Esse silêncio não elimina o problema, tampouco aponta para um único horizonte em que possamos, de fato solucionar o problema da exclusão que decorre da não-alfabetização de grande parte das crianças no Brasil.

A história da alfabetização no Brasil revela aquilo que alguns autores denominam “querela dos métodos”. Sem dúvida conhecer os métodos de alfabetização é contextualizar os acontecimentos

históricos e sociais que influenciaram a adoção de um ou outro método. O silenciar dos debates ou o “esvaziamento” das discussões no que diz respeito à adoção de um ou de outro método, ou ainda a adoção de uma “salada de métodos”, complexificam ainda mais este cenário. (Morais, 2012)

Neste sentido, estamos a afirmar que a cada escolha, sempre haverá uma concepção teórica embasando o fazer docente, mesmo quando não há consciência por parte do professor, sua ação, seja qual for, está fundamentada em uma perspectiva de mundo, de homem e de conhecimento. (Freire, 1996)

Na história vemos surgir diferentes métodos de alfabetização, ora a exaltação de um, ora a negação de outro. Em se tratando dos métodos utilizados para a alfabetização as autoras Ferreiro e Teberosky (1999, p.21), em suas pesquisas sobre o tema, afirmam que “a preocupação dos educadores se tem voltado para a busca do ‘melhor’ ou ‘mais eficaz’ deles, levantando-se, assim, uma polêmica em torno de dois tipos fundamentais: métodos sintéticos e métodos analíticos.”

Os métodos sintéticos segundo Carvalho (2008) são compostos pelos métodos, Soletração, Silabação, Métodos fônicos, Método da Abelhinha e da Casinha Feliz. Entretanto, os analíticos são compostos pelo método de contos, método Ideovisual de Decroly, Método Natural Freinet, Metodologia de Base Linguística e Psicolinguística, Método Natural e Método Paulo Freire.

O método sintético trabalha segundo Mortatti (2006) [...] “(da “parte” para o “todo”): da soletração (alfabético), partindo dos nomes das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão dos sons), partindo das sílabas”. O método analítico é iniciado pelo todo e posteriormente para as partes constitutivas da palavra (Mortatti, 2006). Este método trabalha o ideovisual, que é o reconhecimento do todo, ou seja, do texto ou das palavras através de imagens, seguindo após para o reconhecimento das *partes* da palavra, ou seja, as vogais e as sílabas e memorizá-las para formar novas palavras. Este método privilegia a formação de sílabas e não o conteúdo repassado, por isso é visto como mecanicista.

A criança é por si só um ser que se diferencia do adulto em questões de pensamento, pois o adulto já alfabetizado consegue manipular de forma simples o sistema de escrita alfabética, já a criança está iniciando a construção de seu pensamento a respeito deste sistema, ela não consegue manipular da forma que adultos conseguem, então ela vai passar por todo um processo cognitivo de representação e reconstrução deste sistema diversas vezes até que ela consiga ir aos poucos compreendendo cada relação que existe neste sistema. Logo, um processo de memorização não a torna alfabetizada e não valoriza este processo, tomando-a como um adulto em miniatura, o que definitivamente ela não é.

Figura 1: Métodos analíticos e sintéticos



Fonte: Adaptado pela pesquisadora, 2022

Em um contexto em que a leitura e a escrita eram algo restrito aos poucos, numa sociedade em que pouco se dispunha de livros e/ou estímulos visuais que pudessem ser lidos, os métodos tradicionais cumpriam um papel simplório tal como a sociedade em que surgem. No Brasil eles perduram até os dias atuais, porém foi no início do século XX que eles tiveram seu expoente.

Mais tarde, a alfabetização passa ser tema recorrente a ser ensinado nos cursos Normais e nas faculdades de educação, porém, “a concepção de alfabetização não se propunha a responder as questões cruciais da prática.” (Carvalho, 2008, p. 17). Ou seja, a perspectiva que prevalecia era da técnica sobre os aspectos contextuais de usos social do ato de ler e escrever. Nesse cenário pedagógico, os métodos reinavam e a alfabetização era vista como mera técnica de codificação e decodificação.

Assim, para aqueles aos quais ainda não possuem experiências, nem domínio da prática cabe conhecer os métodos de alfabetização existentes para então pô-los em prática e assim ir construindo conhecimentos através da observação e experiências com os mesmos.

A alfabetização é tema de discussão e de olhares multifacetados. Compreender este conceito requer posicionamento epistemológico e aproximação detida com a realidade em que esse processo acontece. Não é uma tarefa fácil conceituar o termo, porém iremos abordar de acordo com os principais teóricos que refletem sobre essa questão.

É possível que mesmo entre eles, haja divergências e convergências, porém o que todos concordam é que a leitura e a escrita são uma invenção que revolucionou a história humana. Diante dos diferentes pontos de vistas, trataremos de especificar o que diferentes teóricos apontam e definem a respeito da “alfabetização”.

Para alguns, o termo designa apenas uma parte do processo de aprendizado da leitura e da escrita, ou seja, a parte técnica do ato, conforme percebemos nos escritos de Soares (2005, p.24): “Chamamos de alfabetização o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica.”

Desse ponto de vista, a alfabetização seria um processo ou habilidade de ler e escrever, codificar e decodificar letras e sons, fonemas e grafemas. Podemos observar esta afirmativa ainda na fala de Soares (2008), quando menciona que a alfabetização é o processo em que ocorre a aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita.

Contudo, para esta autora, a tecnologia da leitura e da escrita, são apenas uma parte desse complexo processo, assim é insuficiente tomar como encerrado esse aprendizado apenas no ato da codificação e decodificação. Para além dessa técnica, está a compreensão do que se lê e se escreve. A essa etapa ela designa como “letramento”, ou seja, o ato de ler e escrever como um processo de compreensão e expressão de significados, com o qual a criança poderá compreender o mundo em que vive.

A respeito disso, Carvalho (2008) relata que no primeiro momento a criança aprende a relação entre língua oral e escrita, fazendo a codificação do oral para o escrito e vice-versa, em seguida, começa a compreender o que lê e escreve, e, por conseguinte evolui para a compreensão de novos significados, como é o caso de um desenho ou um objeto. Logo, podemos analisar que este processo é de muita significância para a leitura de mundo de nossos alunos.

Nesse sentido, o letramento é uma convergência de habilidade e compreensão, ou seja, escrever é mais que traçar os códigos no papel, e ler, vai além da simples sonorização dos códigos escritos, envolve compreensão de significados a partir dos significantes. Essa afirmativa nos conduz a pensar que aprender a ler e escrever são um processo que reúne simultaneamente duas ações interdependentes: alfabetizar e letrar.

Em suma, alfabetizar consiste no ato de apropriação da língua oral e escrita, enquanto o letramento, no ato de colocar em prática ou desenvolver a linguagem oral e escrita. Dessa maneira, Carvalho (2008, p.66) menciona que: “Letrado, [...] é alguém que se apropriou suficientemente da escrita a ponto de usá-las com desenvoltura, com propriedade, para dar conta de suas atribuições sociais profissionais”.

Sendo assim, podemos interpretar que o letramento, bem como o alfabetizar, se refere ao envolvimento do indivíduo em práticas sociais de leitura e escrita, no entanto, nem todos se apropriam desse sistema, pois como referido por (Ferreiro 1999), antes mesmo de adentrar no ambiente escolar

já acontece o processo de alfabetização por meio do contato da criança com práticas de leitura e escrita, porém, nem todas se envolvem neste contato, só passando a conhecer por meio da escola.

Em vista disso, podemos analisar que muitas crianças já adentram a escola estando letrada, e já com o processo de alfabetização em andamento, prontos para serem mediados pelo professor. Enfatizando o posicionamento dado pela autora Emília Ferreiro (1999), pontuamos que para a mesma a alfabetização é em si mesma um complexo de atividades mentais e cognitivas que se articulam para dar significado à leitura e à escrita.

Do mesmo modo para Morais (2012), a alfabetização não se resume a um código, pois este pensamento veicula a ideia de que é necessário muito pouco para se alfabetizar, ou seja, é necessário apenas o treino repetitivo da grafia e sons das letras, quando na realidade é necessário um trabalho cognitivo para a compreensão dos mesmos.

Soares (2005, p. 33) discute que, “é muito comum que, durante algum tempo, as crianças pensem que a grafia de uma palavra reproduz, exatamente, os sons da fala, e que, por isso, escrevam, por exemplo, “*mati*”, em vez de “*mate*”, “*gatu*”, em vez de “*gato*”. É importante então, que o professor analise e reflita sobre o que a criança pensa a respeito da escrita, para que este não caia no erro de dizer que a criança escreveu errado e trazer assim uma dificuldade para o seu aprendizado.

A fala da autora representa o processo de hipóteses ou construção e reconstrução de uma ideia o que leva a criança a pensar e repensar determinada relação do SEA (Sistema de Escrita Alfabética). Neste caso, a criança escreve da forma como ela ouve, o que neste primeiro momento não se constitui um erro, pois ela ainda não tem domínio desta relação e na medida em que ela vai percebendo que tem diferença e isto com a ajuda do professor, ela passa então a perceber que há uma divergência entre fala e escrita.

Sendo assim Morais afirma que “quando nos apropriamos de qualquer sistema notacional, temos que compreender e internalizar suas regras ou propriedades e aprender suas convenções.” O autor destaca que o processo de alfabetizar requer um trabalho minucioso do pensamento, onde é necessário pensar nos segmentos sonoros das palavras em busca de compreender este sistema e isto ocorre por meio da reconstrução mental das relações grafia/som realizada pela criança. É nesta questão onde o pensamento do autor se difere daqueles que mencionam ser a alfabetização um processo de codificar e decodificar.

Dado os conceitos referentes a alfabetização, bem como ao letramento, concluímos que não há como separar conceitualmente a técnica (alfabetização) do uso social em práticas reais (letramento). A alfabetização na BNCC é vista como um processo simultâneo, ou seja, há dois

processos que se mesclam para convergir para a prática social da leitura e da escrita, embora reconheça a especificidade que possui a alfabetização.

Ao assumir esta postura o documento aponta para uma perspectiva que se referênciava no construtivismo como principal fonte de conhecimento. Isto é, a criança não é um mero expectador, tão pouco, uma tabula rasa, pois, carrega conhecimentos adquiridos do meio social no qual ela se encontra, assim como, também possui suas próprias ideias e especulações, ou seja, hipóteses.

Logo, percebe-se que a criança não é um ser passivo, pois está apta a expressar-se mesmo não tendo as bases corretas, o que para o construtivismo é parte do processo de construção do conhecimento dela. Todavia, acabam muitas vezes não encontrando espaço onde possam construir seu conhecimento, pois muitos educadores não o permitem, o que acaba gerando um bloqueio que conseqüentemente impede a criança de expor os seus pensamentos, interferindo assim no processo de aprendizagem do aluno.

Trabalhar com o construtivismo segundo Carvalho (2008, p.17) [...] “exige tempo de estudo, aprofundamento e reflexão, condições que faltam à maioria dos professores.” Sendo assim, torna-se dificultoso o processo de alfabetização, e isso nos faz compreender o posicionamento de Ferreira (1999), quando menciona que as crianças são facilmente alfabetizáveis, no entanto, são os adultos que tornam esse processo difícil. Logo, não se trata apenas de um método ou uma metodologia, mas da pessoa que se propõe a ensinar, mediar, alfabetizar, devendo apropriar-se dos conhecimentos necessários sendo eles teóricos e metodológicos para então exercer a sua prática.

Numa perspectiva que se amplia tendo em vista a realidade atual, a BNCC reflete sobre o sistema de escrita alfabética como prática de linguagem que se efetiva num contexto como o nosso, onde a ampliação do uso da tecnologia modificou radicalmente as práticas de comunicação. Para conhecer melhor sobre esse documento e como ele aborda a alfabetização, nos debruçamos sobre o texto da Base, de modo geral, traçamos um panorama, em mais ênfase abordamos a parte em que trata especificamente a parte da alfabetização.

## **2.2 A alfabetização no contexto da Base Nacional Comum Curricular**

A BNCC ou Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que determina as competências gerais e específicas referentes às habilidades e às aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica que constitui a Educação Infantil, Ensino Fundamental, e Ensino Médio.

Este documento percorreu um longo caminho até sua criação, aprovação e implementação nas escolas de todo o país.

**Quadro 1:** Percurso de criação da BNCC

Constituição 1988	<i>O artigo 210 prevê a criação de uma Base Nacional Comum Curricular com conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental.</i>
Lei de diretrizes e Bases da Educação 1996	<i>O art. 26 reforça a necessidade de estabelecer uma Base Nacional Comum Curricular para toda Educação Básica.</i>
Diretrizes Curriculares Nacionais 1997- 2013	<i>diferentes Diretrizes produzidas pelo CNE se referem a uma Base Nacional Comum com conhecimento, saberes e valores produzidos culturalmente a serem expressos nas políticas e programas educacionais.</i>
Conferência Nacional de Educação – 2010	<i>Professores, outros profissionais e demais profissionais da educação e especialistas salientaram a necessidade da Base Nacional Comum Curricular do Plano Nacional de Educação.</i>
Primeiros estudos 2012-2014	<i>A secretaria de educação-MEC elabora os primeiros estudos da BNCC.</i>
Plano Nacional de Educação – 2014	<i>Define a Base Nacional Comum como estratégia para cumprimento das metas 1,2,3 e 7 do PNE.</i>
Consulta 2015 – 2016	<i>A primeira versão é aberta para consulta pública online.</i>
Abril de 2017	<i>MEC entrega a terceira e última versão da BNCC ao CNE.</i>
2018	<i>É aprovado o documento da BNCC correspondentes as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.</i>
Dezembro de 2018	<i>É aprovado o documento da BNCC correspondente a etapa do Ensino Médio.</i>

**Fonte:** BNCC Fácil (Moaci Alves Carneiro, 2022).

Em conformidade com o pensamento referente ao que se pensa sobre alfabetização, a Base Nacional Comum Curricular expressa que “alfabetizar é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante (Brasil, 2018. p. 88).

Em resumo, alfabetizar é conhecer as relações existentes entre letras e sons, fala e escrita, assim como, conseguir decifrá-las em sua complexidade, pois como também é expressado pela BNCC, (2018, p. 88), “[...] as letras da escrita não representam propriedades concretas desses sons”, isto é, da mesma forma que existe uma letra representando um único som, existem também letras que apresentam sons diferentes, além das letras que não possuem som e mesmo as vogais abertas e fechadas, ou seja, não há uma regularidade direta em nosso sistema de representação gráfico e sonoro.

Isto demonstra o quão complexo é o processo de alfabetização, este que por definição da Base deve ocorrer no primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental, deixando para o terceiro ano o processo de ortografização, que segundo a Base é um processo mais longo que sucede a construção dos conhecimentos referentes às relações fonográfêmicas.

A BNCC traz como enfoque principal o desenvolvimento de competências e habilidades que deverão ser mediados pelos conteúdos curriculares para o alcance do que o documento chama de aprendizagens essenciais. Antes de tratarmos de outras características do processo de alfabetização

pela Base, precisamos compreender o que são competências e habilidades já mencionadas acima e entender de que maneira elas podem contribuir para garantir as aprendizagens essenciais aos estudantes.

Competência segundo a Base Nacional Comum Curricular é a mobilização dos conhecimentos, ou seja, dos conceitos e procedimentos, o que mais adiante é evidenciado como o que os estudantes “precisam saber”. Já as habilidades referem-se às práticas cognitivas e socioemocionais o que também é traduzido como sendo o “saber fazer”. Uma complementa a outra, enquanto as competências demonstram conhecimentos necessários para o desenvolvimento global do ser humano, as habilidades se configuram como a práticas dos conceitos aprendidos por meio das competências. Sendo assim por meio de uma competência é possível alcançar determinada habilidade.

Nesse percurso em busca de garantir as habilidades, ou seja, as aprendizagens essenciais, a BNCC estipulou para todas as etapas da educação básica 10 competências gerais com o objetivo de promover uma formação humana integral que vise a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Estas 10 competências subsidiam as competências específicas de cada componente curricular.

O componente Língua Portuguesa segundo o documento, está alinhado as transformações ocorridas neste século, especificamente quando se trata das tecnologias digitais que ocasionaram modificações nas práticas de linguagens. Sendo assim, este componente assume a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, ou seja, a apropriação da língua é viabilizada por intermédio da interação social que é o que acontece nas práticas discursivas por meio dessas tecnologias digitais.

Desse modo, o texto ganha centralidade no que diz respeito à definição de conteúdo, habilidades e objetivos, pois ele participa das mais variadas atividades de comunicação e seguindo este ponto de vista a BNCC enfatiza que:

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitarão a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (Brasil, 2018, p. 68)

Quando falamos em texto falamos também em leitura, e no contexto da BNCC o termo leitura tem um sentido amplo que vai além do texto escrito e perpassa por leituras diversificadas como a leitura de fotos, pinturas, desenho, esquema, gráfico, diagrama entre outros como também os filmes e vídeos e até mesmo os sons(música).

Por isso a Base não fala em um tipo de letramento, como é o caso dos textos escritos, mas abarca inúmeras formas de letramento o que ela designa multiletramentos. É interessante essa

premissa trazida pela Base, pois não privilegia uma maneira de letrar-se mais diversas, o que amplia as possibilidades de novas habilidades, pois as tecnologias digitais, são hoje em dia os meios de comunicação mais utilizadas tanto por adultos quanto por crianças e é interessante que o documento captou essa informação usando-a a favor da educação e principalmente da alfabetização.

Também é importante salientar por meio dessa premissa, a questão da diversidade que é um tema muito mencionado pela Base, tanto que ela orienta os currículos que elaborem propostas pedagógicas que considerem as necessidades, interesses e identidades dos estudantes, sendo estas linguísticas, éticas ou culturais, considerando assim a diversidade, as diferentes infâncias e juventudes bem como suas respectivas e diferentes culturas (Brasil, 2018).

Retomando a questão do foco da Base que são as competências e habilidades, este documento organizou-se em duas categorias que se articulam, estamos a falar dos eixos de integração e dos campos de atuação criados para o melhor aprendizado da Língua Portuguesa e das diversas práticas de linguagens existentes em nosso meio.

A primeira categoria são os Eixos de integração que são categorias organizacionais das práticas de linguagens. Existem 4 eixos de integração, sendo eles o Eixo leitura, onde se amplia nos anos iniciais o letramento, o Eixo Produção de Textos, onde é incorporado estratégias para que a criança produza diferentes gêneros textuais, o Eixo Oralidade, onde é aprofundado os conhecimentos e o uso da língua oral e estratégias de fala e escuta e o Eixo da Análise Linguística/Semiótica onde sistematiza-se a alfabetização nos dois primeiros anos e a observação das regularidades e análise do funcionamento da língua e outras linguagens.

A segunda categoria são os campos de atuação que também são categorias organizacionais do currículo e das práticas de linguagens. As práticas de linguagens as quais nos referimos são: leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica. Os campos de atuação referente aos anos iniciais são divididos em 4 onde o primeiro denomina-se Campo da vida cotidiana, o segundo é o Campo artístico-literário, o terceiro é o Campo das práticas de estudo e pesquisa e o último é o Campo da vida pública.

Quanto à escolha por estes campos de atuação a BNCC afirma que:

A escolha por estes campos, de um conjunto maior, deu-se pôr se entender que eles contemplam dimensões formativas importantes de uso da linguagem na escola e fora dela e criam condições para uma formação para a atuação em atividades do dia a dia, no espaço familiar e escolar, uma formação que contempla a produção do conhecimento e a pesquisa; o exercício da cidadania, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles [...] (Brasil, 2018, p. 84)

Esta organização das práticas de linguagens possui uma conotação voltada para o contexto do estudante, dando importância para os saberes que o sujeito constrói em sua vida social fora da escola e articulando com os saberes que ele constrói no ambiente escolar. Assim, no quadro das organizações destas práticas no componente Língua Portuguesa localizam-se em primeiro lugar as práticas de linguagens representada por Campos de atuação e Eixos de integração, em seguida vem os objetos de conhecimento e por último as habilidades, a título de exemplo, o quadro abaixo dá ideia de como está organizado.

**Quadro 2:** Exemplo da organização das práticas de linguagens

ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
Campo da vida cotidiana	-
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático
-	Campo de atuação na vida pública

**Fonte:** Dados retirados da BNCC, 2018.

Como se vê o Campo de atuação são uma das mudanças que a Base traz, eles organizam o uso da linguagem mais frequente naquele contexto, isso deixa evidente a necessidade de contextualizar as práticas de linguagem. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, “campos de atuação aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes.” (Brasil, 2018, 84)

Como havíamos retratado anteriormente sobre compreender como estas características podem contribuir para a garantia das aprendizagens essenciais, ou seja, a diversidade de gêneros textuais compatíveis com a idade escolar das crianças para que elas tenham acesso a vários gêneros e saibam onde estes são utilizados com mais frequência.

A Base não aponta um método, deixa a critério das próprias instituições escolares, embora deixe claro que há “evidências científicas” apontando que a consciência fonológica tem melhores resultados. Esse argumento em favor da consciência fonológica não significa treinar os fonemas, mas a percepção dos desdobramentos sonoros a partir de textos ou palavras.

Em outra ocasião, a BNCC faz referência ao construtivismo de forma muito sutil, nas entrelinhas, mas deixa a autonomia de escolha metodológica para as escolas que devem considerar a necessidade do estudante, visto que estas instituições possuem conhecimentos relativos aos estudantes que serão ou deverão ser um ponto crucial nestas escolhas.

Concordamos com Macedo quando afirma que “construtivismo não é um método de ensino, é uma forma de ler e interpretar o mundo” (Macedo, 1990, p. 355). Nessa visão é que a Base, embora não cite a palavra construtivismo, deixa compreender que se vale dessa perspectiva.

A forma como o documento organiza a alfabetização, parece estar minimizado ou se apresenta, no texto, como uma discussão à parte da Língua Portuguesa, pois o texto sobre alfabetização que aparece como subtópico em um pequeno texto no final da sessão. É importante compreender que estar alfabetizado é dominar plenamente o sistema de escrita da língua portuguesa, porém ao tratar a alfabetização separadamente, há uma ruptura que dissipa o debate sobre a aprendizagem técnica da língua como algo à parte. ((Figueiredo, 2023)

Se compreendermos que a alfabetização é a apropriação do sistema de representação da língua, não a podemos pensar como um “conteúdo” que deve ser estudado separado, pois mesmo as aprendizagens mais rudimentares são aspectos que fazem parte do sistema de escrita e de aprendizagem da língua portuguesa. A afirmativa a seguir, retirada do documento oficial da Base, ilustra bem essa compreensão: “Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica.” (Brasil, 2017, p.69).

A alfabetização e letramento sobre a ótica da BNCC é tratada de forma separada do texto convencional da área das linguagens. No documento há uma quebra de sequência ao falar sobre alfabetização e letramento, pois esse assunto é feito após a abordagem da área da Língua Portuguesa que trata do 1º ao 5º ano. Embora a discussão nesta parte do documento aborde amplamente do ato de ler de forma conectada com o contexto, o conteúdo que trata da alfabetização e do letramento vem a reboque do texto principal. (Figueiredo, 2023)

O ensino sistemático da linguagem escrita nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, não quer dizer que seja uma ação fragmentada, deve se dar de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e, sobretudo ao seu desenvolvimento em práticas diversificadas de letramento.

Embora a BNCC, aborde a alfabetização em um pequeno tópico separado, como se pode perceber ao longo da página 89, o subtítulo “O processo de alfabetização”, separando os aspectos de análise e sistematização do processo de letramento, há um esforço em abordar a aprendizagem da língua com finalidades a ampliar a visão que se tem de leitura e de produção escrita, bem como seu uso de variados gêneros em situações específicas, de acordo com a finalidade comunicativa.

### 3 - CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO

A natureza do estudo que nos propomos a pesquisar foi a qualitativa. Esta forma de conceber o objeto investigado se fez importante diante da necessidade de compreender como se dá o processo de alfabetização no contexto da BNCC. Nesta perspectiva, um olhar qualitativo carrega em sua premissa a capacidade de gerar informações detalhadas das experiências humanas dentro do contexto original na qual acontecem.

Em se tratando do contexto escolar, *lócus* relações sociais e culturais intensas que mediam o processo de alfabetização, fica mais evidente a necessidade de análises profundas das experiências humanas. Diferentemente da pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador ser um agente ativo no ato da sua pesquisa e não apenas um mero observador.

Deste ponto de partida ao adentrar o campo de pesquisa que é a escola, não poderemos nos colocar em posição de neutralidade, mas um exímio pesquisador que faz ponderações acerca do que vê, neste caso, das relações pedagógicas que decorrem da prática docente a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Levando em consideração o tema pesquisado, ou o local onde ocorreu a pesquisa, que é a sala de aula, a pesquisa qualitativa se fez muito pertinente, pois como, conforme Bortoni-Ricardo (2008, p.34), “A pesquisa qualitativa procura entender, interpretar fenômenos inseridos em um contexto”. É nessa pretensão que selecionamos esse olhar mais subjetivo e interpretativo da realidade na qual, Bortoni-Ricardo (2008, p. 35) também afirma que:

A pesquisa no modo qualitativo nos permite enquanto pesquisadores estudar determinada situação de modo subjetivo, isto é, explorar, analisar, conhecer, detalhar e descrever cada etapa dessa experiência, nos levando a compreender como e porque tal situação acontece e nos possibilitando tecer desse modo conhecimentos esclarecedores nas quais também temos a oportunidade de verificar direto na fonte.

Uma pesquisa qualitativa no contexto da sala de aula, que se volte para a observação da prática docente e de suas percepções visa registrar sistematicamente cada sequência de eventos, escutar o que os professores têm a dizer e permite, com base nos dados levantados, analisar o trabalho conduzido pelo professor, sem ignorar as questões que envolvem essa prática a partir das condições e daquele contexto específico.

Tendo em vista estes conhecimentos a respeito desta metodologia é que a selecionamos para compor o processo de coleta de informações em campo, já que esta foi o procedimento mais aplicável para o trabalho que nos propusemos a estudar que neste caso foi a alfabetização no contexto da BNCC.

Portanto, a escolha desta metodologia foi de grande valor para nosso estudo, pois nos deu ferramentas necessárias para que pudéssemos ir mais a fundo em nossa pesquisa, permitindo que tivéssemos essa proximidade com o nosso foco de análise e assim conseguimos reunir informações que contemplaram as nossas indagações e esclareceram as dúvidas que no caminho foram surgindo.

Como método de procedimento utilizamos o Estudo de caso como estratégia principal de pesquisa, pois este tipo de estudo permite analisar um fenômeno num ambiente real e as variáveis que os influenciam.

Nossa opção por este procedimento se deu por considerar que o estudo de caso facilita a compreensão do objeto pesquisado, bem como suscita a descoberta de novos significados e ainda pode ampliar os conhecimentos a respeito do assunto e por isso, optamos pela coleta de dados por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, observação à prática dos professores em questão, questionário, diário de campo e conversa informal com as professoras. (Gomez; Flores e Jimenez, 1996).

Para Stake (1994), o estudo de caso se inicia com a identificação de um problema, a partir do qual os dados são levantados e a análise deste leva a possíveis soluções ou conclusões. Diante disso, identificamos que a BNCC é pouco apreciada pelos professores alfabetizadores, estes costumavam dizer que era difícil de lidar com o documento no que diz respeito à leitura e à escrita.

Então procuramos levantar informações sobre a literatura e o documento oficial, compreender como o documento aborda a alfabetização e após isso, aplicamos técnicas de questionário, a fim de analisar até que ponto há conhecimento e adesão ao documento em sala de aula e nos discursos proferidos, obtivemos uma maior compreensão sobre um caso particular e maior clareza sobre um tema que neste caso foi o que nos motivou a trilhar este caminho.

Os objetivos que acompanharam este procedimento se respaldaram nas falas de Ponte (2006), quando menciona que o investigador busca compreender a situação da maneira em que ela se apresenta, apoiando-se numa descrição grossa dela. O que esperávamos ao finalizar esta caminhada era obter esse retrato da realidade concreta da prática alfabetizadora e seus nexos com as orientações que traz a BNCC. Essa relação que buscamos conhecer, coloca a aprendizagem das crianças como parte importante desse processo e uma realidade importante de ser desvelada.

Em vista disso, o contexto de pesquisa foi uma escola da rede pública municipal de Parintins, e os sujeitos de pesquisa foram duas professoras e duas turmas de alunos de 2º e 3º ano, ou seja, elas trabalham com crianças de 07 a 8 anos de idade. A escolha das 02 professoras do 2º ano e do 3º ano do Ensino Fundamental, se deu em razão das mudanças mais evidentes do que estabelece a BNCC ao

se referir sobre a alfabetização, que especifica que, nos 02 primeiros anos do Ensino Fundamental, elas precisam consolidar a alfabetização, mesmo que a ortografização seja um processo posterior (3º ano). Assim, escolhemos o 3º ano para compor esta pesquisa no intuito de verificar se realmente segundo o que rege a BNCC estes alunos saíram do 2º ano alfabetizados.

A ação pedagógica segundo a Base deve ter como foco a alfabetização nos dois primeiros anos, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita. Com isto, analisamos como as professoras pensam a alfabetização a partir do documento procurando identificar se de fato a alfabetização de crianças ocorre até esta faixa de escolarização e se segue os parâmetros nele estabelecidos. Para efetivar nosso olhar com maior rigor sobre o objeto de estudo, estruturamos um conjunto de instrumentos e coletas de dados que atendessem os propósitos.

Diante dessa necessidade, realizamos um estudo e análise do documento da Base, esclarecendo as premissas e compromissos que ela assume diante da necessidade da aprendizagem dos alunos no que diz respeito à alfabetização. Também procuramos fundar um olhar aguçado sobre como o documento orienta a prática docente. Tais características se enquadram no que chamamos de pesquisa documental que é para Marconi e Lakatos (2009) uma fonte primária de coleta de dados na qual os dados estão restritos a documentos escritos ou não e que podem ser feitos antes ou depois do fato ocorrido.

Em vista do que a BNCC aborda e prevê, estabelecemos uma relação com o que de fato fazem os professores em sala de aula, em que apoiam sua prática, quais seus desafios e dificuldades, como a Base mudou ou se de alguma forma impactou a sua prática. Para isso, utilizamos o instrumento observação participante que para Marconi e Lakatos (2009, p. 196) “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele”. (inserir o tempo de observação principalmente do Residência Pedagógica)

Em busca de fortalecer o que observamos, utilizamos um terceiro instrumento que foi o questionário aos docentes, que é segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 203) “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Outros instrumentos que utilizamos durante a pesquisa foi o diário de campo e a conversa informal.

Ambos os instrumentos foram de extrema importância para a junção de informações que pudessem confirmar nossas asserções e nos direcionar na ocasião em que estivemos participando ativamente do processo, acompanhando a prática do professor e percebendo as nuances de um

trabalho que visa à aprendizagem da leitura e da escrita das crianças como ação necessária e imprescindível de ser consolidada.

Estivemos atentos às dificuldades que a prática impõe no cotidiano concreto da escola e o registro das observações em diário de campo foram fundamentais para uma análise mais ampla. Isto confirma o que Bortoni-Ricardo (2008), afirma que a atividade de reescrita favorece a reflexão e permite dar atenção a elementos que no ato da escrita nos passam despercebidas.

Para isso, tomamos suas falas e observação de suas práticas como referência para analisar criticamente todo o contexto em que a alfabetização se faz enquanto prática social. Para a concretização de nossos objetivos, organizamos nossas ações em etapas que se articulam:

1ª etapa: A primeira etapa desta pesquisa consistiu na apresentação do pesquisador junto à escola para um primeiro contato com os sujeitos de pesquisa no dia 04 de novembro de 2022 em uma escola da rede Municipal de Parintins.

Nosso encontro com a professora do 2º ano ocorreu pela manhã juntamente com sua turma. O primeiro contato com professora e os estudantes foi muito além do que o esperado, pois naquela sala haviam de forma recorrente a presença de auxiliares e de estagiários, logo, as crianças já estavam acostumadas a verem rostos diferentes e conosco não foi desigual, elas nos receberam com muito carinho e a professora também ficou muito contente em nos receber e contribuir com nossa pesquisa.

2ª etapa: A segunda etapa constituiu-se em uma nova visita à escola para tratar do desenvolvimento da pesquisa e do termo de consentimento por parte dos sujeitos no dia 07 de novembro de 2022. Este dia foi destinado para uma conversa mais detalhada sobre os passos que iríamos realizar, falamos do nosso objetivo para com esta pesquisa, explicamos as etapas, conversamos com as crianças sobre nossa permanência durante 6 meses com eles e depois pegamos as assinaturas consentindo que a pesquisa fosse realizada neste espaço.

3ª etapa: Para esta etapa nos propomos a estudar a BNCC, especificamente focalizar a alfabetização e as formas como ela trata da alfabetização. O estudo que realizamos teve sua gênese no documento e, a fim de compreendermos melhor realizamos fichamento, pesquisas na internet, pesquisa em outros documentos nas quais a Base está embasada, como os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e Plano Nacional de Educação – PNE.

Começamos por entender o que é a BNCC, seus objetivos para com a educação e em seguida seguimos para a parte da alfabetização para então compreendermos como o documento a conceitua e quais as diretrizes ele traz para que esta venha a acontecer. Também fichamos as ideias de autores da

alfabetização como Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (2005 e 2008), Morais (2012) e Carvalho (2008), para analisarmos o encontro e o desencontro de ideias quanto ao processo de alfabetização, sua conceituação e caminhos pelos quais esse processo deve percorrer.

4ª etapa: Esta última etapa foi designada para a coleta de dados na sala de aula onde estivemos observando tanto a professora quanto os alunos, assim como também realizamos conforme o estudo da Base o questionário ao docente contendo 08 perguntas subjetivas.

Havíamos planejado em realizar uma entrevista semiestruturada, no entanto, os sujeitos da pesquisa não se sentiram à vontade para responder as perguntas nesta modalidade e então como havíamos nos preparados para esta situação optamos pelo questionário mesmo sabendo que este não nos daria direito a interação com o sujeito, contudo, havíamos que prosseguir com a pesquisa e assim também abrimos espaço para a conversa informal na qual percebemos que conseguiríamos dados mais específicos.

#### **4 - CAPÍTULO III: ANÁLISE DE DADOS**

Tendo em vista que a Base Nacional Comum Curricular é um documento que está em vigor desde o ano de sua aprovação, em 2018 em sua versão final e o prazo dado as escolas para se adequarem ser até o ano de 2022, não se pôde atingir esta meta conforme o esperado, devido um grande acontecimento na história do mundo que foi a manifestação e disseminação da COVID 19 que modificou todas as estruturas organizacionais da sociedade. Por questão de saúde e preservação à vida é que a categoria educação passou a ser ministrada de forma remota através de plataformas digitais como *WhatsApp*, o que dificultou de forma expressiva o processo de ensino e aprendizagem.

Desse modo, o cronograma de implementação da Base foi afetado, no entanto, continuou embora os percalços no caminho e atualmente no ano de 2023 este documento já se encontra em “pleno” vigor nas escolas e os professores já possuem conhecimento de que precisam alinhar suas práticas ao que rege este documento. Porém, por ser este documento ainda recente e em fase de implementação em algumas escolas, muitos docentes não conseguem acompanhar as proposições orientadas para a alfabetização de crianças.

As professoras pesquisadas demonstram preocupação com o novo documento, admitem ser complexo e não condizente com a realidade da sala de aula e dos desafios diários por eles enfrentados. Diante dessa realidade que se impôs, onde o instrumento de trabalho pedagógico precisa se basear

em documentos legais como é o caso da Base, cabe ao professor conhecer, se debruçar sobre as novas proposições pedagógicas que dele decorrem, a fim de alinhar seu trabalho às exigências oficiais.

No intuito de conhecer e compreender a posição adotada pelas professoras diante da implementação da BNCC, os desafios que se colocaram para a prática docente, a partir da base, perguntamos as 02 professoras que identificamos com nomes fictícios de *Alfa* e *Beta*, sendo uma que atua com as crianças de 2º ano (*Alfa*) e outra que atua com crianças de 3º ano (*Beta*).

As razões que nos levaram a estudar com profundidade as turmas citadas é porque a alfabetização de crianças é alvo de políticas que definem um tempo estimado para que ela seja consolidada. Nesse sentido, o 2º ano do Ensino Fundamental seria o tempo desejável para que a criança aprenda a ler e a escrever. A turma do 3º ano é tomada como referência neste estudo por se tratar de um estudo de caso que exigiu o acompanhamento mais ou menos prolongado do grupo de crianças que, foram promovidos ao 3º ano ainda durante a pesquisa que foi realizada durante 01 semestre.

Para a obtenção das informações desejadas elaboramos a princípio uma entrevista semiestruturada para obtenção de informações pertinentes ao nosso estudo, no entanto, em conversa com as professoras recebemos a informação das mesmas de que não gostariam de ser entrevistadas nesta modalidade de entrevista.

Por esta razão partimos para o plano B, que foi o questionário contendo perguntas relevantes para esta pesquisa alinhado a conversa informal e observação que nos ajudaram a compreender a realidade da alfabetização com a implementação da Base nas escolas na cidade de Parintins-Am. Partindo deste pressuposto realizamos as seguintes perguntas:

**Título:** Primeira pergunta do questionário ao docente

<b>Pergunta 1.</b> Você tem conhecimento sobre o que é a Base Nacional Comum Curricular? O que você sabe sobre o documento?	
Alfa	<i>Tivemos encontros para discutir a BNCC. Já fiz várias leituras e tenho a BNCC impressa. Não domino a BNCC, pois esta é muito extensa, o que faço é consultá-la de acordo com a turma que estou, assim, sigo as orientações do documento. Vale ressaltar a importância da BNCC como documento que define o que é essencial na aprendizagem de nossos alunos desde a Educação Básica até o Ensino Médio.</i>
Beta	<i>É um documento que norteia o trabalho pedagógico, dando referência para elaboração do currículo escolar.</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Mediante a pergunta destacada buscamos verificar os conhecimentos que o professor agrega referente à Base Nacional Comum Curricular e as respostas dadas acima nos direcionaram para a conclusão de que ambas as docentes não compreendem de forma abrangente o que propõe o

documento, pois suas respostas apontam para uma direção na qual os conhecimentos contemplam apenas uma parte do que seja este documento, ou seja, seu direcionamento em relação ao currículo e ao trabalho pedagógico.

Sendo assim, observamos que embora tenham dito que houve encontros para discussão e que realizaram várias leituras, não houve uma resposta concreta do que realmente sabem, ou do que seja este documento. Deixamos claro que no questionário as respostas foram mais consistentes, porém, ao perguntarmos em conversa informal, não sabem nos dizer e acabam por fugir do assunto.

Em uma fala da docente Alfa através da conversa informal consta que a BNCC é boa para a educação, no entanto, não menciona de que forma. Também consta na fala da docente Beta algo parecido no qual ela diz que o documento facilitou sua prática, pois agora tem-se uma base de como planejar e aplicar na prática pedagógica.

É certo que o documento buscou de certa forma facilitar o planejamento focando em competências para geração de habilidades, no entanto o documento não se resume a isso, ele é bem mais abrangente e necessita de um pouco de dedicação para que se compreenda o seu real objetivo e seus direcionamentos para então compreender como se deve pô-lo em ação.

Tudo isso nos levou ao pensamento de que este documento para ambas norteia apenas o planejamento, já que a partir das competências e habilidades é que se planeja o conteúdo a ser ministrado, o que nos parece de fato facilitador quando se refere ao conteúdo, pois é só pegar a habilidade desejada e procurar um conteúdo que se adeque e aplicar em sala. No entanto, é necessário que a habilidade bem como as competências sejam aplicadas de modo a conduzir a criança para que ela alcance o objetivo por detrás de cada habilidade e de cada competência, que no caso é o foco de interesse da Base.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (Brasil, 2018, p. 07, grifo do documento)

A base em resumo é o casamento entre dois conceitos dispostos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que são o básico-comum e o que é diverso, no qual básico está relacionado às competências e diretrizes e o diverso ao currículo, o que significa dizer que os conteúdos descritos no currículo devem cumprir o seu objetivo que é o de desenvolver determinada competência e para isto ocorrer a LDB determinou que fossem definidas aprendizagens essenciais para alcançar tal objetivo e a partir daí é

que surge este documento intitulado Base Nacional Comum Curricular na pretensão de guiar os currículos a cumprirem as referidas aprendizagens.

Tendo apresentado o documento é perceptível que há uma lacuna no entendimento deste documento por parte das docentes consultadas, falta uma reflexão aprofundada dos reais objetivos orientados por este documento que dê ao professor a oportunidade de saber o que ele está fazendo aplicando tais orientações e isto não cabe apenas ao professor enquanto mediador da educação, mas também aos seus dirigentes, pois é garantido por lei que a educação não só é direito de todos, mas dever do Estado e da Família.

Podemos acrescentar ao que nos foi evidente durante o acompanhamento da prática docente, bem como da relação família e escola que conforme suas especificidades a família têm cumprido o seu papel, mas, nos propomos a perguntar, e o Estado? Porque não se dispõe a proporcionar um momento de direcionamento aos professores sobre a natureza deste documento que conforme visualizamos parece ser algo de outro mundo e a falta destes conhecimentos faz deste apenas um item de consulta no momento oportuno.

**Título:** Segunda pergunta do questionário ao docente

<b>Pergunta 2.</b> Que mudanças mais significativas a base trouxe sobre a alfabetização?	
Alfa	<i>Foca bem mais no aluno; inseriu novas tecnologias e meios de avaliação.</i>
Beta	<i>Estamos mais seguros em aplicar os conteúdos para que haja desenvolvimento das habilidades.</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa

É notório que as mudanças sempre causam estranheza e incertezas diante do novo. Isso fica manifesto em Freire (1996) quando afirma que ensinar exige risco e aceitação do novo. Compreendemos que suas palavras refletem a boa vontade de conhecer e experimentar as mudanças, porém é preciso ter em mente o risco de não só a aceitar, mas colocá-la em prática compreendendo a intencionalidade, refletindo acerca da proposição que faz do documento um instrumento norteador e, no entanto, sentimos falta destes elementos nas respostas recebidas.

Desse modo, o conhecimento demonstrado por meio das respostas em princípio, nos parece vagas ou superficiais, afinal não notamos um argumento que de fato apontasse as reais mudanças trazidas pela Base. Cabe apontar que anterior à aprovação do documento, a consolidação do processo de alfabetização, enquanto técnica se daria até o 3º ano, na Base houve um encurtamento desse prazo, passando a ser exigido que até o 2º ano a criança já demonstrasse esse domínio.

De acordo com a Base (2018), “embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º ano) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize”. (Brasil, 2018, p. 89). Como podemos perceber esta

é uma das mudanças trazidas pela Base, a diminuição no tempo de alfabetização que veio acompanhada de outras mudanças, como é o caso da linguagem, considerada o marco da convivência e interação entre os seres humanos e que se faz presente nas mais diversas práticas sociais e agora ganha status no processo educativo da criança como parte constituinte de sua vida social vista neste contexto como subsídio para sua aprendizagem.

Pensando nisto é que a Base enfatiza a centralidade no texto onde o documento nos leva a entender que deve ser posto em consideração os contextos de sua produção e a habilidade a ser desenvolvida e para isto é necessário trabalhar com textos reais e não somente com textos prontos para que então a criança possa compreender não somente a linguagem que se desenvolve em contextos diferentes, mas também a que se desenvolve em seu próprio contexto.

Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é ‘uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história’ (Brasil, 2018, p. 67).

Ou seja, a linguagem é mecanismo de comunicação entre indivíduos e se faz de diferentes maneiras, tanto verbal, como não verbal, corporal, visual, sonora, escrita e atualmente a linguagem digital. Tendo isso em vista a Base buscou levar esta experiência de participação em diferentes práticas de linguagem para a área de linguagens.

Na BNCC, a área de Linguagens é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física ( anos iniciais do Ensino Fundamental) e Língua Portuguesa , Arte, Educação Física e Língua Inglesa ( anos finais do Fundamental). (Brasil, 2018, p. 63).

Outra mudança ocorrida e que remete a alfabetização é a reflexão do sistema de escrita alfabético, ou seja, o documento reconhece a complexidade de apropriação deste sistema, e desse modo sinaliza para a reflexão da relação que se dá entre sons e letras, percebendo as relações distintas entre o que falamos e o que escrevemos, pois como sabemos, o nosso sistema de escrita possui variações orais e escrita para uma mesma letra, sendo a exemplo a letra “S” a qual possui em algumas palavras o som de outra letra de nosso sistema, a letra “Z”.

Como podemos perceber, é desta complexidade que o documento está a se referir e por este motivo é que ele aponta para os conhecimentos que devem ser trabalhados com a criança para que ela compreenda como se dá essa relação, devendo ser trabalhada nesta questão a consciência fonológica.

Dito de outro modo, conhecer a ‘mecânica’ ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc. (Brasil, 2018, p. 90).

A fim de alcançar o que se estabeleceu para a alfabetização em termos de conhecimentos referente à relação fono-ortográfica a Base concentrou-se em trazer competências e habilidades em se tratando de alfabetização estes se dão de forma específica, direcionando o professor ao que deve ensinar.

A base também se organiza em campos de atuação, em cada etapa e em cada componente curricular são atribuídos campos de atuação específicos como forma de articular as práticas sociais de linguagem que a criança tem fora da escola, propiciando desta maneira uma forma mais contextualizada de construir o conhecimento. Em relação a isto a Base menciona que:

Assim, na BNCC, a organização das práticas de linguagem (leitura de textos, produção de textos, análise linguística/semiótica) por campos de atuação aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes. (Brasil, 2018, p. 84).

Portanto, os campos de atuação são categorias organizadoras das práticas de linguagem. Para o Ensino fundamental I existem quatro campos de atuação: Vida cotidiana; Campo da vida pública; Campo das práticas de estudo e pesquisa; Campo artístico-literário. Cada campo está organizado para permitir que os conhecimentos pudessem ser articulados com os conhecimentos dentro da escola, ou seja, exige que haja uma contextualização de atividades que a criança faz no meio familiar, na rua ao brincar que pode ser utilizada na escola como forma de produzir conhecimento de maneira a significar e ressignificar aquele conhecimento trazido pelas crianças.

Para além destas mudanças já mencionadas, a Base aponta para a ideia de multiletramento, isto é, diante das mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos, onde vemos um grande avanço tecnológico e a inserção da sociedade nos ambientes digitais, de forma demasiada, fez com que houvesse esse olhar articulador para leitura e escrita nos meios digitais, possibilitando o uso destas ferramentas em sala de aula. Quanto a isso a professora Alfa coloca em termos gerais que a Base trouxe novas tecnologias e de fato ela aponta como mencionamos o uso de tecnologias como forma de ampliar o modo como se trabalha a leitura e a escrita, o que dificilmente acontece em sala de aula.

Tendo em vista que o processo de apropriação e adaptação referentes à Base ainda se encontram a passos lentos, buscamos do mesmo modo a verificar:

**Título:** Terceira pergunta do questionário ao docente

<b>Pergunta 3.</b> Quais dessas mudanças já estão sendo colocadas em prática em sala de aula?	
Alfa	<i>A maior mudança foi no método, assim como maior foco no aluno.</i>
Beta	<i>Faço meu planejamento buscando desenvolver as habilidades das crianças, observando sempre a realidade de cada criança.</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Nesta resposta percebemos na fala da professora Alfa uma possível mudança no método, e podemos afirmar que o documento não descreve explicitamente se há um ou outro método, o que vemos embora não esteja textualmente citado como uma mudança de perspectiva na Base, é que há uma indicação que aponta para uma metodologia embasada nos princípios da consciência fonológica. Portanto, na base consta a seguinte afirmação:

Assim, alfabetizar é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante (Brasil, 2018, p.90).

Desse modo, vemos que há uma contradição na fala da professora Alfa, o que nos é plausível mediante o contexto em que se implementou a Base (contexto pandêmico) e o tempo de vigência, dentre outros fatores. Em se tratando do método usado por ela em sala de aula perguntamos em uma conversa informal qual método ela utilizava e a resposta foi que ela não tem um método específico e que ela trabalha mais a aula expositiva, passa texto, sílabas e jogos. Essa resposta nos impressionou, mas como afirmamos em nossos escritos neste trabalho sempre há uma teoria por trás de cada método mesmo que o professor não tenha consciência disso.

Quanto sua menção ao fato de a Base “focar mais no aluno”, vê-se que este é um argumento que não se aplica apenas a este novo documento, afinal os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, já colocam a criança no centro do processo quando afirmam que o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa se articulam em três variáveis sendo o primeiro o aluno, em segundo a língua e terceiro o ensino então para que fique claro está afirmação o PCN de Língua Portuguesa ainda diz que “o primeiro elemento dessa tríade, o aluno, é o sujeito da ação de aprender, aquele que age sobre o objeto de conhecimento” (Brasil, 1997, p. 25)

Ao que se refere à resposta dada pela professora Beta, observamos uma leve aproximação ao que descreve a BNCC, isto é, uma das mudanças trazidas por ela, neste caso as habilidades e

competências para cada etapa da educação, ou seja, as habilidades específicas de cada componente curricular trabalhado em sala de aula. Como estamos tratando especificamente de alfabetização, mencionamos adiante as competências que o documento traz em seus escritos para o segundo ano do Ensino Fundamental no componente curricular Língua Portuguesa:

**Quadro 3:** Representação das competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões, posicionando-se ética e criticamente.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses.
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais.
10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais.

**Fonte:** Adaptado por Figueiredo, 2023.

Os fundamentos pedagógicos da BNCC dão ênfase no que chamamos de competências que são nada mais do que um conceito adotado pela Base para identificar as ações a serem desenvolvidas de modo a assegurar as aprendizagens essenciais definidas pela própria BNCC. A exemplo, temos na Base a questão do que os alunos devem saber, e o que devem saber fazer, ou seja, o estudante precisa ter conhecimentos sobre valores e atitudes, conhecimentos que lhes possibilitam desenvolver habilidades que é o saber fazer, saber colocar na prática esses conhecimentos.

É a respeito disto que se trata as competências, como um direcionamento para o desenvolvimento de uma habilidade, um determinado conhecimento específico. Este termo já havia sido mencionado em outros documentos como a LDB e os PCN e agora com a criação deste documento ganharam força e consistência. Na LDB Art. 36. §1º está escrito a seguinte informação a respeito desta afirmativa: “A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino” (Brasil, 2018, p. 12)

No contexto da escola, após chegada deste documento, muito tem se cobrado em termos de efetivação das premissas que ele dispõe, porém ao perguntarmos se houve alguma formação tendo como tema a BNCC obtivemos seguinte resposta:

**Título:** Quarta pergunta do questionário ao docente

<b>Pergunta 4:</b> Você já participou de alguma formação referente a este documento?	
Alfa	<i>Na escola onde trabalho não teve curso de formação sobre a BNCC, acredito que nem a Secretaria Municipal de Educação tenha feito com os professores. Teve que eu me lembre foi um dia D de Estudos sobre a BNCC e pronto. Consegui a BNCC em mídia, fui numa Lan House e imprimir por conta própria, assim tenho o documento para consultar na hora do meu planejamento</i>
Beta	<i>Sim, mas há alguns anos.</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Durante o período de vigência da BNCC não houve uma sistemática de formações para orientar na prática aos docentes como se trabalhar seguindo as orientações, pois toda mudança incide em uma preparação, algo que muitos docentes não tiveram antes de pô-la em prática. Outros ainda, por não conseguirem se adaptar dizem ser algo bonito no papel, mas que, porém, não se aplica na realidade.

Quando dizemos que estes profissionais não têm os conhecimentos necessários referente à Base é por esta questão, não houve formação por parte do poder público, e pelo que consta no documento a complexidade desta tarefa exige união dos Estados, Distrito Federal e municípios, e ainda menciona que “a primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. (Brasil, 2018, p. 21).

Sendo assim, na Base fala-se em implementação eficaz, no entanto não vemos isso acontecer na realidade, pois como a própria Base diz, “diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC”. (Brasil, 2018, p. 21).

Desse ponto de vista, como os professores, bem como a equipe gestora e pedagógica podem promover o sucesso dos alunos se não houve um processo de capacitação para tal ação? Entendemos que não há como, pois se para dar aulas o docente necessita estudar e planejar o seu conteúdo, para alinhar a sua prática ao documento ele também precisa ter conhecimento oriundos do mesmo, saber como se aplica no seu planejamento e como ou o que precisa considerar em sua prática, que materiais pedagógicos se adequam com o que preceitua a Base já que é levantada esta questão no documento, além de como deve ser a avaliação.

Também é evidenciado no documento que o MEC é o órgão responsável por monitorar estas questões e que deve atentar-se a estes detalhes que sem dúvida são de extrema importância se de fato querem que se estabeleçam as aprendizagens essenciais para a Educação Básica.

Não podemos também deixar de mencionar o fato de que o professor segundo os escritos de Alarcão (2001) se sentem cansados, desanimados, solitários e desapoiados pelos seus dirigentes”, o que acaba por refletir muita das vezes em suas práticas, e não somente isto pesa em sua procura por conhecimentos, mais a desvalorização salarial os leva a aderirem mais de uma carga de trabalho, o que por consequência diminui o tempo para que ele estude.

Diante dessa realidade, o tempo que lhes sobra é destinado para seus planejamentos, o que os leva a terem o documento impresso apenas para consulta esporádica ou a própria escola se encarrega deste trabalho, apenas com finalidade de fazer recortes para o plano de aula, sem nenhuma reflexão conjuntural sobre a ação pedagógica.

Por outro lado, ao analisarmos de forma compreensiva esta situação, entendemos que ainda é muito recente a chegada deste documento nas escolas e que tanto os professores quanto todo o conjunto escolar poderão aos poucos conhecê-la de forma mais significativa para que possam empregar tais direcionamentos em suas práticas.

Portanto, fica esclarecido que a pouca familiarização com o que prevê a Base, ocasiona uma lacuna quanto à sua implementação. Afinal o documento não foi alvo de estudo em ampla escala, as decisões foram pouco discutidas com quem de fato exerce a função de educar, ou seja, o professor. A respeito da implementação da Base perguntamos:

**Título:** Quinta pergunta do questionário ao docente

<b>Pergunta 5.</b> Como você descreve a implementação da base na escola e no currículo?	
Alfa	<i>Lenta, mas necessária.</i>
Beta	<i>Bastante proveitosa, porém, aos poucos os currículos estão sendo atualizados e muitos docentes sentem dificuldades em adequar a sua prática.</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Tomando como referência a fala da professora Alfa podemos dizer que de fato a implementação da Base está ocorrendo de forma lenta visto que o documento foi aprovado no ano de 2018 sendo publicado de forma completa em dezembro do mesmo ano.

Tendo sido totalmente terminada começou-se o processo de implementação nas escolas de todo país, no entanto, no meio do caminho para sua implementação foi quando ocorreu a Pandemia da COVID 19 no ano seguinte a sua organização completa, sendo assim, houve um atraso quanto a sua chegada às escolas devido o período de quarentena e da paralisação das aulas que retornaram no ano de 2022 na cidade de Parintins de forma lenta, pois os pais estavam receosos em mandar seus filhos temendo o risco de contaminação.

Quanto ao fato de ser necessária podemos dizer que a educação em nosso país não atende a critérios que dizem que a educação é direito de todos, pois esta palavra engloba não apenas um grupo de estudantes de determinada região, mas um amplo número de grupos que possuem singularidades participam de uma cultura, possuem costumes e valores diversos e que devem ser levados em consideração na busca de sanar os grandes índices de desigualdades existente no âmbito escolar e não só isso mas a falta de contextualização dos conteúdos visando as diferenças culturais.

Visando estas particularidades é que o Plano Nacional de Educação estipulou como meta fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades aplicando como estratégia:

Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local. (Brasil, 2014)

Torna-se dessa maneira necessário sim a criação e a implementação da Base Nacional Comum Curricular para o cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE e pela LDB no artigo 26 que também preceitua que:

Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter **base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Brasil, 1996; grifo do documento ).

Fica então esclarecido a necessidade de se ter este documento norteador não apenas pelas professoras, mas também pelos documentos mencionados. Nos dizeres da professora Beta está mencionado o fato de que os currículos aos poucos estão sendo atualizados e alguns professores sentem dificuldade em se adequar e realmente tendo em vista o pouco tempo de implementação da Base os currículos estão passando por essas mudanças em termos de adequação as normas e orientações prescritas pela Base.

Após esta análise prosseguimos para a próxima pergunta que foi:

**Título:** Sexta pergunta do questionário ao docente

<b>Pergunta 6.</b> Em relação à alfabetização das crianças, você considera que estar alfabetizado é?	
Alfa	<i>Saber ler e escrever conseguindo contextualizar esse aprendizado na sua vida cotidiana.</i>
Beta	<i>Quando a criança consegue fazer a interpretação do que leu.</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Para analisarmos as afirmativas de ambas as docentes primeiramente lançamos um olhar para a Base que é o ponto de referência neste trabalho e, então relacionamos estas diferentes formas de compreensão da palavra alfabetizado. Para a BNCC a criança se constitui alfabetizada quando ela passa a compreender as relações fono-ortográficas do português do Brasil em sua complexidade. Porém o documento é enfático em afirmar que isso não quer dizer, que o professor deva recorrer às velhas cartilhas, onde as “famílias silábicas” são as formas mais expressivas de ensino.

[...] é muitas vezes erroneamente tratada a estrutura da sílaba do português do Brasil na alfabetização. Normalmente, depois de apresentadas as vogais, as famílias silábicas são apresentadas sempre com sílabas simples consoante/vogal (CV). Esse processo de apresentação dura cerca de um ano letivo e as sílabas não CV (somente V; CCV; CVC; CCVC; CVV) somente são apresentadas ao final do ano. (Brasil, 2018, p. 92)

Neste sentido, as sílabas dever ser ensinadas, mas como emissão sonora que fazem parte de uma palavra, com seus desdobramentos vocálicos que não seguem um “padrão”, decidido e organizado pelo professor. Contudo, Morais (2012), pontua que estar alfabetizado vai muito além de compreender as relações deste sistema e de adotar um trabalho isolado de fonologia da letra, é necessário seguir um percurso de descoberta e reconstrução de ideias, ou seja, a criança constrói e reconstrói as propriedades deste sistema.

As respostas expressadas pelas docentes *Alfa* e *Beta* representam a fase final do processo evolutivo da alfabetização e, sim estar alfabetizado no sentido real desta palavra, significa que determinada criança já sabe ler e escrever, ou seja, interpretar o que leu. É neste sentido que Soares (2022) menciona em seu livro *Alfaetrar* que a criança ao se apropriar do sistema de escrita alfabética ela “aprende que a palavra oral é uma cadeia sonora independente de seu significado e passível de ser segmentada em pequenas unidades;” a autora também diz que a criança “aprende que cada uma dessas pequenas unidades sonoras da palavra é representada por formas visuais específicas- as letras.

Em referência ao planejamento, perguntamos as professoras:

**Título:** Sétima pergunta do questionário ao docente

<b>Pergunta 7.</b> Como você costuma planejar suas aulas?	
Alfa	<i>Bimestral, mensal e semanal. Primeiro eu planejo qual das aprendizagens será meu foco (ler ou escrever), depois consulto a BNCC para verificar quais competências e habilidades que serão definidas. Após essas escolhas eu procuro nos arquivos do computador, livros, sites de educação as atividades que mais se encaixem no que eu planejei.</i>
Beta	<i>Planejo de acordo com o tema que é proposto pela secretaria de educação, observando sempre as dificuldades e realidades das crianças.</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Com a implementação da Base na escola os professores foram orientados através de encontros realizados na própria escola à alinharam às suas atividades conforme o que preconiza a BNCC e visando a sua obrigatoriedade eles se viram também na obrigação de trazer para seus planejamentos as habilidades e competências a serem trabalhadas em cada etapa e em cada componente curricular.

Conforme a observação realizada em sala de aula pode-se afirmar que de fato o professor agrega ao seu plano, características propostas pela BNCC, no entanto, embora tenham certos conhecimentos ainda resta a dificuldade e a dúvida de como transpor o que está descrito na base para a realidade na prática, mais precisamente a realidade do aluno. Esta questão se fez ainda mais evidente quando perguntamos sobre os desafios você enfrenta para adequar as aulas às propostas previstas na Base:

**Título:** Oitava pergunta do questionário ao docente

<b>Pergunta 8.</b> Quais os desafios você enfrenta para adequar as aulas às propostas previstas na Base?	
Alfa	<i>Adequar as atividades para a realidade deles, visando maior aproveitamento. O processo de alfabetização é gradual e a própria BNCC leva isso em consideração, no entanto, muitas crianças não conseguem ser alfabetizadas até o 2º ano do Ensino Fundamental. O que podemos notar é que muitos alunos chegam no 2º ano sem saber ler e escrever, alguns mal conhecem o alfabeto, temos que começar bem do início mesmo o processo de alfabetização, até utilizando atividades da educação infantil para auxiliar. Deste modo, as dificuldades apresentadas são muitas para serem sanadas apenas no 2º ano.</i>
Beta	<i>O maior desafio é a falta de tempo para o planejamento.</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Já mencionamos em falas anteriores o fato de que o pouco tempo de implementação da Base complementado à falta de formações aos professores trouxeram grandes dificuldades de apropriação e adequação as orientações trazidas pela BNCC. Chegamos a um ponto muito importante de ser esclarecido, afinal, nos dispomos a conhecer os desafios de alfabetizar tendo como referência encaminhamentos de um documento norteador.

Assim, através da pergunta em questão e observando a prática das docentes em sala de aula nos deparamos com esta realidade mencionada por elas, onde os fatores que se apresentam são diversos, como citado acima e discordamos referente a fala da professora Alfa quando diz que a Base leva em consideração o processo gradual de alfabetizar.

De fato, o processo de alfabetização acontece gradualmente, de fase em fase, a cada etapa de reconstrução na qual a criança faz uma nova descoberta e assim consegue evoluir em suas hipóteses, o que não ocorre segundo Morais (2012) da noite para o dia, requer um tempo significativo para cada etapa o que não é levado em consideração pela Base visto que ela diminuiu o tempo para este processo

em dois anos, o que em nossa opinião não condiz com a realidade de muitos estudantes que necessitam de mais tempo, logo, para nós o tempo ideal é terceiro ano.

Cada processo de alfabetização é diferente, pois se trata de indivíduos diferentes com especificidades também diferentes que participam de contextos sociais e econômicos diversos o que implica em seus desenvolvimentos em sala de aula. Há crianças que não recebem auxílio em casa, pois os pais não podem ajudá-los devido suas poucas instruções que lhes impossibilitam de ajudarem seus filhos, outros não conseguem acompanhar o processo e as professoras lidam com um número grande de crianças e, desse modo, não conseguem dar a atenção necessária a cada uma.

Nesta proposição é que nos colocamos em favor do que dizem as professoras, ou seja, que dois anos para alfabetizar não é suficiente visto os inúmeros desafios apresentados por cada criança e seus contextos. É certo que para qualquer ação seja necessário um planejamento e as professoras Alfa e Beta trabalham pela manhã em uma instituição de ensino e pela tarde em outra, tendo dupla jornada de trabalho, sem falar em suas vidas sociais fora do contexto de seus trabalhos o que dificulta em questão de tempo para seus planejamentos.

Diante da necessidade de trazer um “retrato” da realidade, afinal, buscamos também conhecer até onde as crianças avançaram tendo como parâmetro a BNCC. Assim, retomo o que este documento prevê: “Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º ano) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize.” (Brasil, 2018, p. 89)

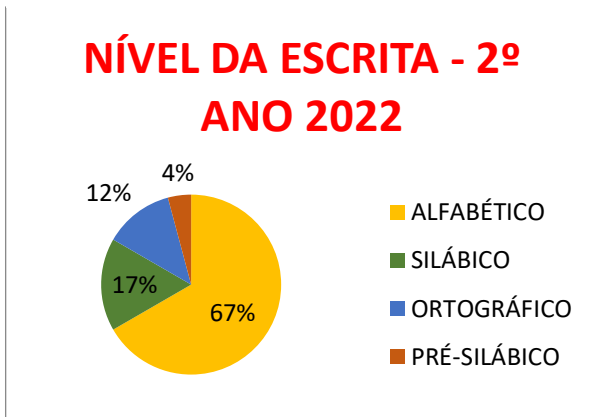
Por este motivo trazemos os resultados dos testes diagnósticos para essa análise, a fim de verificarmos como terminaram as crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental no ano de 2022 e como iniciaram o ano letivo de 2023 já no 3º ano do Ensino Fundamental, isto é, se avançaram ou regrediram e se realmente estão alfabetizadas, tomando como referência o que preconizou a Base.

Os testes diagnósticos apresentados foram realizados pela própria escola como base para avaliação de rendimento escolar dos alunos. O primeiro teste da (AVAMEC) foi realizado com a turma do 2º ano no dia 23 de novembro de 2022 e contaram com 4 questões subjetivas, sendo elas: escrita de palavra ditada, escrita de frase a partir de imagem, produção de uma narrativa a partir de uma sequência de imagens e produção de um convite.

Para o 3º ano os testes da (Secretaria Municipal) ocorreram no dia 14 de fevereiro de 2023 com questões objetivas, totalizando 10 questões nas quais as crianças pontuaram as respostas que lhe pareciam corretas. Neste último teste não foi possível colocar a identificação das questões por motivos

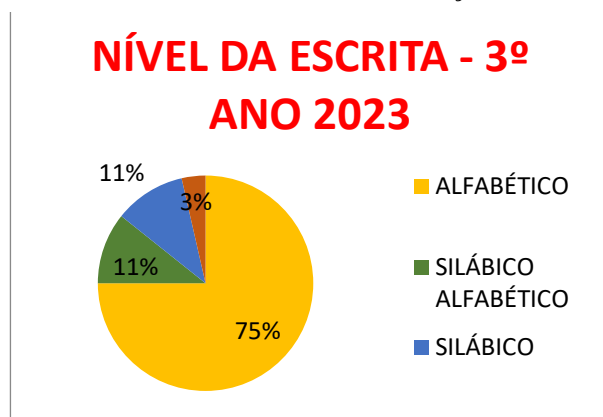
de que não tivemos contato com o material por delegação da própria escola que nos forneceu apenas os resultados por meio do gráfico 2.

**Gráfico 1:** Níveis de escrita das crianças do 2º



**Fonte:** Arquivo da escola (2022)

**Gráfico 2:** Níveis de escrita das crianças do 3º ano



**Fonte:** Arquivo da escola (2023)

[acional

Comum Curricular o ideal é que ao final do 2º ano as

crianças possam estar alfabetizadas e, embora os percalços no trilhar desse desafio foram possíveis alcançar um número de 67% de alunos com níveis de escrita adequados para sua série/ano. Os demais somam 33% que possuem cada um uma especificidade que não depende apenas do professor a missão de levá-los ao êxito.

Também não é a regulamentação de uma lei (BNCC) que, como num passe de mágica delibere com precisão um tempo de “certo” de aprender, pois isso envolve todo um aparato (social, familiar, econômico, psicológico, cognitivo etc.) que somado ao trabalho pedagógico do professor é possível alcançar maiores resultados.

A turma que outrora se encontrava no 2º ano, agora está iniciando o terceiro e percebemos um avanço no que se refere ao nível de sua escrita, na qual em uma turma de 28 alunos 21 encontram-se alfabéticos e já possuem muitas das habilidades viabilizadas pelas competências que estão previstas na Base e se encontram prontos para seguirem para a próxima etapa do seu processo de aprendizagem que compete a ortografização.

Esclarecemos que a elevação de estudantes que em 2022 foi de 67% e em 2023 foi para 75% sendo a mesma turma, se deu devido a falta de alguns estudantes que não compareceram no dia do teste e também pela entrada de novos alunos que participaram do segundo teste.

Deixamos também como observação importante a informação de que esta turma passou o que antes era chamado de I e II período no tempo pandêmico e iniciaram o 1º ano ainda com resquício da

pandemia, no entanto esse impacto, embora os resultados pareçam distantes do que prevê a Lei, há outras turmas demonstram índice de aprendizagem muito menor.

Ao que se refere a alfabetização no qual se pressupõe pela Base ser o processo em que a criança conhece o alfabeto e sua mecânica ou seja, codificar e decodificar, estes alunos enfim já conseguem codificar e decodificar em sua maioria, tendo como maiores dificuldades a ortografia das palavras e que agora será trabalhada com mais atenção.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O referente trabalho adotou como tema “Desafios da alfabetização no contexto da BNCC: o que pensam os professores?”. Esta temática emergiu da necessidade em compreender como está ocorrendo o processo de alfabetização segundo os preceitos da Base Nacional Comum Curricular, isto é, por meio deste documento foi possível identificar quais desafios os professores estão enfrentando para alfabetizar crianças seguindo as orientações da Base e como está sendo o processo de adaptação na escola por eles.

Ao falarmos em alfabetização, trazemos em nossos escritos um pouco de sua trajetória no Brasil e, as concepções, conceitos e métodos que circularam no cenário brasileiro, na ótica de autores da área.

Abordamos características importantes da BNCC e suas proposições para o processo de alfabetização dentre as quais é possível perceber que as transformações no cenário educacional não se fazem apenas a partir de uma lei, tampouco será um documento que irá transformar a realidade, porém asseguramos que o princípio para que uma política pública seja de fato consolidada é que haja conhecimento amplo dela. Neste caso os professores conhecem superficialmente a BNCC e não têm interesse e nem tempo para se aprofundar, pois é um documento complexo e bastante extenso.

Outro fato é que os professores não conseguem vislumbrar uma forma prática de aplicar os preceitos da BNCC, afinal não se sentem seguros e motivados para tal. Por isso optam por fazer uma adaptação em seus planos, onde utilizam as habilidades retiradas da Base, mediante a Proposta Curricular dada pela SEMED, porém são enfáticos em dizer que trabalham de acordo com os conhecimentos que já construíram e, que a Base lhes parece uma obrigação da qual não podem fugir, mas que ela não orienta quanto à prática pedagógica.

Tendo em vista o pouco tempo de implementação da Base, e a falta de formações a respeito das orientações a serem aderidas pelas escolas e pelos docentes, chegamos à conclusão de que os

professores pouco sabem sobre a Base e o pouco que sabem refere-se as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas através das atividades.

Nesse momento eles também são enfáticos em dizer que há uma exigência em termos de objetivos, porém as suas práticas são desenvolvidas de forma diferente do que fora proposto, evidenciando-se assim, um distanciamento entre o que está no plano e o que de fato realizam.

As práticas acontecem de forma mecânica, por exemplo, “as famílias silábicas”, estas são trabalhadas rotineiramente, embora a Base oriente na direção contrária. e no plano elas “ganham” um código alfanumérico para justificá-las. Essa ação deve-se ao pouco conhecimento em relação à articulação das habilidades que constam na Base com um conhecimento teórico e metodológico que lhes permita a reflexão para a ação, utilizam as habilidades e competências porque toda atividade realizada em sala é exigida que se trabalhem as habilidades do documento e há ainda a exigência por parte gestão da escola.

O planejamento do docente segue o padrão redigido pela SEMED e embora o pouco conhecimento referente a Base, os docentes dispõem de uma parte do documento, apenas no que diz respeito ao ano/série em da sua turma ao qual, sem conhecer profundamente os pressupostos teóricos que embasam a BNCC, apenas retiram da BNCC o que vão precisar para fazer o plano, isto é, o marco principal da Base, as competências e habilidades, referenciadas pelos códigos alfanuméricos.

Em se tratando dos níveis de desenvolvimento da turma do 2º ano de 2022, a maioria das crianças obtiveram resultados melhores que outras turmas, embora não cumprissem o que estabelece a Base, ou seja, nem todos terminaram o ano letivo em nível alfabético. É importante frisar que esta turma não sofreu por completo o impacto da pandemia da COVID 19 como aconteceu com as demais turmas e assim foi possível conseguir um índice de desenvolvimento esperado para esta série.

Pontuamos que a partir do tema e problema de pesquisa que nos colocamos, segundo os dados de nossa pesquisa a Base reduziu o tempo de alfabetização que antes era até o 3º ano e com a implementação da Base passou a ser até o 2º ano do Ensino Fundamental, porém através dos relatos dos professores há muitos percalços no caminho deste processo que inviabilizam que os estudantes cheguem até o segundo ano do Ensino Fundamental alfabetizados, é possível sim para alguns, mas é necessário que se leve em conta circunstância sociais, econômicas, psicológicas e cognitivas que estão além do tempo cronológico.

Quando mencionamos que o professor sabe superficialmente sobre a Base é porque realmente a partir da convivência com eles e por meio de seus relatos e das suas respostas ao questionário

revelam que não sabem dizer ao certo o que é a Base, e que para sua definição nas respostas tiveram que consultar o documento.

A pouca familiarização destes com o documento se dá pelo fato de não haver formações que abordem com maior ênfase o documento, tampouco que direcionem o caminho a ser seguido. Essa é uma lacuna da formação continuada que cabe aos órgãos competentes se encarregarem de cumprir esta promessa, pois tal concretização encontra-se documentada e a não concretização ocasiona falhas no cumprimento das metas e objetivos do documento.

Com isto, evidenciamos que este estudo é de grande relevância para a sociedade em especial aqueles que se dedicam a educação para que vejam como está sendo alfabetizar respeitando as direções dadas pela Base e onde precisa melhorar para que os docentes consigam de fato colocar em prática tais orientações, com segurança e conhecimento teórico-prático, pois o sujeito a ser beneficiado neste trajeto é o estudante.

Desse modo, propomos que haja estudos mais aprofundados referente a este tema, visto que este ainda é recente e pouco registro há sobre esta temática e dessa maneira poderemos acompanhar a evolução e se haverá futuramente formações que propiciem aos docentes conhecimentos mais aprofundados sobre o documento e suas diretrizes.

Não queremos com isso afirmar que a Base é um documento revolucionário que mudaria por si a realidade. Tampouco que conhecer e utilizar a Base resolveria o fracasso escolar de uma hora para a outra, mas ela coloca à mostra as fragilidades de um sistema de ensino que cobra eficiência, mas não dá condições para que os professores atuem com qualidade.

Além disso a BNCC, embora considere a diversidade e a desigualdade existente em nosso país, não aponta um caminho consistente para uma prática que se tenha mais êxito. Afinal sabemos que não existe um modelo de aluno, um contexto social e econômico que seja único, são muitas as adversidades que se impõem na realidade da educação e da alfabetização no Brasil, algo que está além de um documento e da boa vontade do professor.

Concluimos este trabalho de pesquisa com êxito, tendo nos dados obtidos respostas significativas para as nossas indagações e então, podemos enfim compreender e analisar os desafios que agora permeiam este processo na ótica dos atores responsáveis por esta ação que são os professores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BORTONI, Ricardo Stella Maris. **O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa**. Parábola Editorial. São Paulo, 2008.
- BRASIL **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal nº10.127, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SE, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino de primeira à quarta série: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: Um diálogo entre a teoria e a prática**. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **BNCC fácil: decifra-me ou te devoro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- FERREIRO, Emília, TEBEROSKY, Ana: **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FIGUEIREDO, Angela Maria R. Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): exaltação da técnica ou reducionismo grafofônico?. In: **IX Congresso Nacional de Educação**. 2023. João Pessoa.
- GOMEZ, Gregório R; FLORES, Javier; JIMÈNEZ, Eduardo. **Metodologia de la Investigacion Cualitativa**, Malaga: Ediciones Aljibe, 1996, pp. 378.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MORAIS, Arthur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- MORTATTI, M. R.L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil. Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação**. Brasília, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- PONTE, João Pedro. **Estudos de caso em educação matemática**. Bolema, 2006.
- SOARES, Magda: **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. Contexto: São Paulo, 2022.
- SOARES, Magda; Batista; Antônio Augusto, Gomes: **Alfabetização e Letramento**. Belo Horizonte: Ceale/faE/UFMG, 2005.

STAKE, R. E. **Case Studies**. In: Denzin, N.K. and Lincoln, Y.S. Eds, Handbook of Qualitative Research, Sage Thousand Oaks, 1994.

.MACEDO, Lino de. **Para uma visão construtivista do erro no contexto escolar**. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Coletanea de Textos de Psicologia: Psicologia da Educação. Tradução . São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1990. . . Acesso em: 22 ago. 2023.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A: questionário aplicado aos professores

QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DO PROFESSOR (A) REFERENTE Á BNCC	
Nome do professor (a):	Alfa e Beta
Nome da Escola:	Escola Municipal de Parintins
Turma:	2º e 3º ano
Turno:	Matutino
Data:	Novembro de 2022 a junho de 2023
1- Você tem conhecimento sobre o que é a Base Nacional Comum Curricular? O que você sabe sobre o documento?	
2- Que mudanças mais significativas a Base trouxe sobre a alfabetização?	
3- Quais dessas mudanças já estão sendo colocadas em prática em sala de aula?	
4- Você já participou de alguma formação referente a este documento?	
5- Como você descreve a implementação da Base na escola e no currículo?	
6- Em relação à alfabetização das crianças, você considera que estar alfabetizado é?	
7- Como você costuma planejar suas aulas?	
8- . Quais os desafios você enfrenta para adequar as aulas às propostas previstas na base?	

**APÊNDICE B: Roteiro de observação da prática**

Roteiro de observação e registro da prática do professor (a):			
Nome do professor (a):	Alfa e Beta		
Nome da Escola:	Escola Municipal de Parintins		
Turma:	2° e 3° ano		
Turno:	Matutino	Data da observação: novembro de 2022 a junho de 2023	
<p>O planejamento da aula contempla características previstas na BNCC SIM (x) NÃO ( )</p> <p>Que características foram observadas?</p> <p><i>Planejamento incluem para cada objeto de conhecimento as habilidades específicas descritas na Base, assim como também segue as orientações valorizadas e incentivadas pela Base que são as atividades que promovem aprendizagem de forma lúdica.?</i></p> <p>R- Sim, de forma Fragmentada.</p>			